

FIM DA GUERRA (por enquanto) EM NAGORNO KARABAKH

escrito por Paulo Roberto da Silva Gomes Filho | 14 de novembro de 2020

Armênia e Azerbaijão assinaram, no último dia 10 de novembro, um acordo para cessar as ações militares e pôr fim a este capítulo do conflito que envolve os dois países já há duas décadas.

Com a intermediação do presidente russo Vladimir Putin, o Primeiro-Ministro da Armênia, Nikol Pashinyan, e o Presidente do Azerbaijão, Ilham Aliyev, concordaram em congelar a situação tal como ela se encontrava no dia 10 de novembro; ou seja, os avanços de tropas cessariam e a posse das regiões de Nagorno-Karabakh passariam a ser das tropas que controlassem o território naquela data.

Além disso, ficou acordado que os armênios deverão se retirar de sete províncias em território azerbaijano, as quais estavam controladas pelos armênios desde a guerra de 1991-94, e que tropas russas – em torno de dois mil homens – seriam desdobradas na região para separar os lados em conflito e garantir os termos do acordo.

O mapa abaixo facilita o entendimento do tratado.



Mapa adaptado pelo autor com base no existente em <https://www.dhakatribune.com/>

Em verde, no mapa, pode-se observar a área retomada pelas forças do Azerbaijão, que em uma manobra estratégica de flanco, pelo o Sul, conseguiram conquistar a cidade de Shusha, importantíssima do ponto de vista estratégico, uma vez que domina o corredor de Lachin, por onde os armênios abasteciam Nagorno-Karabakh com toda a sorte de suprimentos. Ao Norte, em terreno montanhoso e de progressão muito mais difícil, os ganhos territoriais azerbaijanos foram muito menores.

Foi uma vitória militar do Azerbaijão, sem dúvidas. Mas não uma vitória completa, visto que 2/3 do território de Nagorno-Karabakh permanecem sob controle da minoria armênia. Por alguma razão ainda não totalmente clara, os azerbaijanos não prosseguiram para a conquista da cidade de Stepankert, mais importante de toda a região, a apenas 11 quilômetros de Shusha. Certamente, esse prosseguimento estava no planejamento operacional, porque seria o natural objetivo para o aproveitamento do êxito decorrente da conquista de Shusha.

Especula-se que a derrubada acidental, pela artilharia antiaérea do Azerbaijão, de um helicóptero russo sobre território armênio, no mesmo dia da conquista de Shusha, com a morte da tripulação, tenha desencadeado uma resposta mais assertiva dos russos no sentido de que poderiam entrar ao lado da Armênia se o conflito não fosse imediatamente interrompido.

De qualquer forma, o Azerbaijão comemora uma vitória pelas armas, que resulta no retorno à sua soberania de áreas de seu território perdidas na guerra de 1991/94 e que, por quase trinta anos, tentou recuperar por vias diplomáticas, sem sucesso. Isso aconteceu, em grande parte, por uma conjunção de fatores.

O primeiro deles foi o apoio decisivo da Turquia, tanto em recursos materiais quanto diplomáticos. Além disso, suspeita-se do envio pelos turcos de combatentes, recrutados na Síria para lutar ao lado das tropas azeris.

O segundo aspecto foi a neutralidade russa. A Armênia sempre contou com o apoio russo, com quem possui um acordo militar de segurança mútua, para dissuadir o Azerbaijão de uma aventura militar. Entretanto, desde que o Primeiro-Ministro Nikol Pashinyan assumiu o governo da Armênia, em 2018, o país adotou uma postura pró-ocidente, de aproximação da Europa, que contrariou os interesses russos. A neutralidade foi uma maneira bastante clara de a Rússia manifestar sua insatisfação.

O terceiro aspecto foi a inação dos EUA e da Europa. Enquanto os norte-americanos estavam totalmente concentrados em seu processo político interno de eleições presidenciais, os europeus mantinham-se completamente incapazes de atuar como um bloco coeso e permaneceram hesitantes em intrometer-se em problemas na área de influência russa.



Dada a conjunção de fatores acima, o Azerbaijão se sentiu à vontade para atuar militarmente, colocando em prática a máxima clausewitzniana de que a guerra é a continuação da política por outros meios.

Mas essa guerra travada no Cáucaso serve de alerta para uma realidade que poderá ser observada em outras partes do mundo. A emergência de uma ordem global multipolar, ao mesmo tempo em que há um enfraquecimento dos organismos multilaterais, multiplica os riscos de conflitos. Novas potências globais ou mesmo potências regionais em ascensão passam a ter seus interesses político-ideológicos, militares e econômicos ampliados e encontram a liberdade para agir que antes lhes era negada pelos freios que eram impostos pelas potências hegemônicas ou pelos organismos internacionais.

[Conheça o curso Guerra na Ucrânia](#)



Assim, é possível se observar interesses dos EUA e da China colidirem na Ásia, na África e mesmo na América do Sul. Disputas também ocorrem entre turcos e russos no Cáucaso, na Síria e na Líbia. Diversos outros exemplos podem ser encontrados em outros locais, com outros atores, como na região da Caxemira, do Mar do Sul da China, Península da Coreia, Mar da China Oriental, Norte da África, Oriente Médio, Região do Magreb africano, Leste Europeu, Norte da América do Sul e Caribe, e Chifre da África, dentre outros.

Como se vê, a ordem multipolar que caracteriza o início do século 21 é notadamente mais instável e fomentadora de disputas. Por isso mesmo, ela exige o aperfeiçoamento de instâncias internacionais capazes de resolver pacificamente as controvérsias entre diferentes Estados e povos. No conflito de Nagorno-Karabakh tais instâncias falharam completamente.

[Se você gosta do conteúdo do blog e pode colaborar com sua manutenção, junte-se àqueles que se tornaram apoiadores](#)

[clique aqui e saiba como!](#)

OS PLANOS CHINESES PARA OS PRÓXIMOS 5 ANOS

escrito por Paulo Roberto da Silva Gomes Filho | 14 de novembro de 2020

O Partido Comunista Chinês acaba de reunir seu Comitê Central em sessão plenária. Os principais objetivos foram avaliar os resultados alcançados ao término do período abrangido pelo 13º Plano Quinquenal (2016-2020) e discutir as propostas que constarão do 14º plano, para o período de 2021 a 2025, além de metas para um prazo mais longo, até 2035.

A análise do que foi divulgado até aqui ([comunicado oficial](#)) oferece uma boa pista de como os dirigentes do país asiático planejam suas ações para os próximos anos, além de indicar quais são suas expectativas em relação ao contexto internacional no qual a China estará inserida. Mais do que isso, a leitura atenta das entrelinhas do plano permite uma compreensão ainda melhor acerca do atual momento do regime comunista chinês.

A reunião mais uma vez ratificou o controle total que o Presidente Xi Jinping exerce sobre o partido e, conseqüentemente, sobre todo o governo chinês, sem qualquer margem para dissenso. Referências às suas estratégias, liderança, doutrina e política estão espalhadas por todo o documento, extravasando sua onipresença na vida política chinesa. Assim, parece que seu caminho para um terceiro mandato a partir de 2022 está praticamente assegurado.

Como era de se esperar, o comitê reconhece os avanços que ocorreram durante a vigência do 13º Plano. O país teria atingido o objetivo para 2020 de tornar-se “uma sociedade moderadamente próspera”. Espera-se que o país atinja, ao final deste ano, um PIB de 100 trilhões de yuans, o equivalente a 14,3 trilhões de dólares, um valor consideravelmente acima do

previsto inicialmente. De acordo com os dados oficiais do país, 55,75 milhões de pessoas teriam sido retiradas da pobreza, e 60 milhões de empregos urbanos teriam sido criados.

Mas o país – como todo o mundo – vive um momento desafiador. Em 2020, a economia chinesa deverá crescer por volta de 2%. Apesar de estar no azul, diferentemente da grande maioria dos países no ano da pandemia, é um crescimento bem menor do que o previsto, que estava na casa dos 6%.

E essa situação é reconhecida no documento, que atribui ao momento atual “profundas e complexas mudanças [...] em um ambiente internacional complexo, onde a instabilidade e a incerteza aumentaram significativamente.”

Para fazer face a essa conjuntura, o plano sugere algumas medidas que protejam o país de instabilidades externas, tais como o fortalecimento do mercado interno, ancorado pela previsão do aumento da classe média de 400 milhões de pessoas para cerca de 700 milhões em 2025. Ao mesmo tempo, enfatiza a necessidade de que o desenvolvimento do país se dê com base na inovação tecnológica autóctone, garantindo-se que o país seja autossuficiente em tecnologias-chave, como nas áreas de inteligência artificial, informação quântica, circuitos integrados e semicondutores, por exemplo, onde o gap tecnológico em relação aos EUA ainda não foi superado.

Mas o documento não indica que a China se voltará para si mesma. Pelo contrário, insiste na ideia de uma ampla abertura para o mundo exterior, com um modelo de cooperação em que todos os parceiros saiam ganhando, com ênfase na iniciativa One Belt, One Road.

No campo militar, o documento é incisivo na decisão de se acelerar o desenvolvimento de sistemas e materiais de emprego militar modernos e de tecnologia avançada. Prevê, para os próximos 5 anos, o início da operação do primeiro bombardeiro estratégico de longo alcance com tecnologia furtiva (stealth),

que os torna invisíveis aos radares, e do terceiro porta-aviões de fabricação própria, o primeiro com o moderno sistema de catapultas eletromagnéticas. A mecanização e modernização do exército é outro ponto destacado no plano, que lembra que em 2027 o Exército de Libertação Popular completará cem anos, data que deverá ser comemorada com o atingimento dos objetivos traçados para o centenário, quais sejam, os de ter a capacidade de defender a soberania chinesa no próprio território e no Pacífico ocidental, bem como defender os interesses crescentes do país no exterior. A reunificação total do território chinês e a estabilidade de Macau e Hong Kong, aspectos bastante sensíveis, também são objetivos a serem perseguidos no futuro demarcado pelo plano quinquenal.

É evidente que este tipo de documento deve ser lido com todas as cautelas, se o objetivo é uma análise isenta. Mas não há dúvidas que ele delinea, tanto pelo que está escrito, quanto por suas omissões, a mensagem que o Comitê Central do PCC deseja passar para o público interno do país e para os observadores externos. E a mensagem é a de uma liderança centralizada e unificada no Comitê Central, tendo Xi Jinping como figura central, firmemente decidida a implementar suas políticas e perseguir seus objetivos.

É possível que, em um futuro não muito distante, os objetivos chineses colidam de maneira irreconciliável com os de vizinhos ou de outras potências. Isso se dará em espaços geográficos claramente definidos, como o Mar do Sul da China, Hong Kong ou Taiwan, ou em disputas comerciais e tecnológicas, como é o caso que envolve a tecnologia de internet 5G. O lado chinês da disputa, como se vê, já tem uma estratégia claramente definida para enfrentar o futuro que os aguarda. Resta saber se os possíveis adversários ou concorrentes já traçaram as suas.

A FRANÇA EM LUTO

escrito por Paulo Roberto da Silva Gomes Filho | 14 de novembro de 2020

A morte do professor francês Samuel Paty, decapitado por Abdullakh Anzorov, refugiado de origem russa/chechena de 18 anos de idade, no último dia 16 de outubro, em Conflans-Sainte-Honorine, nas proximidades de Paris, chocou os franceses e a comunidade internacional. O assassino, morto pela polícia, deixou gravada em áudio a explicação do assassinato. O professor teria desrespeitado Maomé ao mostrar caricaturas (publicadas na revista *Charlie Hebdo*) do profeta aos seus alunos, em sala de aula.

O assassinato é apenas o mais recente de uma série de atentados terroristas na França, que se intensificaram a partir de 2012 e são feitos com alguma regularidade desde então, vitimando fatalmente até agora cerca de 260 pessoas. O ponto comum que une todos esses atentados é que eles foram perpetrados por terroristas que se apresentam como islâmicos.

As causas do terrorismo e a melhor maneira de evitá-lo estão em debate no país. A França é a nação da Europa ocidental que abriga a maior comunidade islâmica. São cerca de 6 milhões de pessoas, um pouco menos de 10% da população. Estima-se que metade desse contingente seja nascida na França ou naturalizada francesa. A integração desses cidadãos ao restante da sociedade francesa, que de maneira geral se orgulha do secularismo e da laicidade da República, não está ocorrendo de forma fácil.

Um exemplo do estranhamento é a polêmica que envolve a proibição do uso dos diversos tipos de véus islâmicos pelas mulheres. A pandemia, aliás, criou uma situação, no mínimo,

inusitada. Simultaneamente, duas normas vigoraram. A primeira, existente desde 2010, proíbe o uso de véu no metrô, enquanto a segunda, de maio deste ano, obriga ao uso de máscaras na utilização desse transporte público. É evidente que a aparente contradição entre as normas é explorada pela comunidade islâmica, que considera a proibição do véu uma demonstração de islamofobia.

As divergências quanto a como enfrentar o terrorismo são bem representadas pelo debate entre dois influentes pensadores, onipresentes na mídia daquele país: Gilles Kepel e Olivier Roy. Para o primeiro, a “radicalização do islã” seria o problema. Para o segundo, o que acontece é uma “islamização do radicalismo”. Assim, a depender do analista, a raiz do problema seria, sob o primeiro ponto de vista, o islã radical. Sob o segundo ponto de vista, a radicalização apresenta-se em setores da sociedade francesa.

Kepel tem defendido o ponto de vista de que nos bairros populares dos subúrbios de Paris e de outras cidades francesas se criou um ambiente em que escolas, creches, comércio, enfim, todo o espaço de convivência funciona conforme os costumes islâmicos. Nesse ambiente, jovens muçulmanos estariam expostos e acostumados a uma “atmosfera jihadista”, multiplicada e espalhada também pela internet. Assim, ao deparar-se com o laicismo do restante da sociedade francesa, haveria um choque cultural/religioso insuportável para os muçulmanos radicalizados, que partiriam para os atentados terroristas.

Já Roy entende que o problema tem origem diferente. Ele considera que a radicalização se dá em curto espaço de tempo, especialmente entre imigrantes de segunda geração, que moram sozinhos ou com os irmãos e amigos e geralmente têm um conhecimento muito superficial do islamismo. Nesse sentido, a islamização não seria a causa da radicalização, mas sim uma escolha feita por pessoas já radicalizadas. Diferentemente de Kepel, Roy enxerga não um ódio à sociedade ocidental, mas um ódio a qualquer sociedade. Ele traça um paralelo com o

atentado de Columbine, nos Estados Unidos, no qual não houve motivação religiosa, e lembra que há muitos ataques terroristas também nos próprios países islâmicos, como no Paquistão, no Afeganistão e até mesmo na Arábia Saudita. Destaca que a maioria dos terroristas espera morrer, ou no próprio ataque suicida ou em confronto com a polícia, imediatamente após o atentado. A motivação, portanto, seria simplesmente o ódio e a busca por uma estética narcisista da morte.

A reação francesa, vocalizada pelo presidente Emmanuel Macron, vai na direção de endurecer as medidas contra o que ele identifica como sendo um separatismo islâmico crescente no país. Além do reforço de ações na área de segurança, há um projeto de lei em preparação que buscará reforçar o laicismo e consolidar os princípios republicanos na França, aumentar o controle sobre o financiamento das mesquitas e proibir que os imãs se formem no exterior. O anúncio dessas medidas causou forte descontentamento na comunidade islâmica e severas críticas do presidente turco, Recep Erdogan, que declarou que Macron deveria passar por um “exame de saúde mental” pela forma como trata os muçulmanos.

É evidente que todo esse ambiente acirra as tensões sociais na França e serve de fermento para radicalismos de vários espectros ideológicos. A paz social está cada vez mais ameaçada e me parece que o primeiro objetivo para alcançá-la deveria ser o de se identificar corretamente as causas do problema.

As notícias, a verdade e a guerra

escrito por Paulo Roberto da Silva Gomes Filho | 14 de novembro de 2020

Na guerra, a verdade é a primeira vítima.

Ésquilo

As notícias que nos chegam em tempo de guerra são quase sempre

Contraditórias; na maior parte das vezes, confusas. As mais numerosas

são, em grande parte, sofrivelmente suspeitas.

Clausewitz

Na cacofonia da guerra, separar informação de opinião, boato ou propaganda nunca foi uma tarefa fácil. Desde o pai da tragédia grega, Ésquilo, cinco séculos antes de Cristo, passando por Carl Von Clausewitz, magistral teórico da guerra do século 19, até os dias atuais, em que cada celular, nas mãos de cada indivíduo afetado pela tragédia dos combates, transforma transeuntes comuns em uma fonte de informações, esta é uma realidade inegável.

Os mais recentes conflitos, transmitidos praticamente ao vivo pela internet, são somente a mais recente constatação desse fato. Tomemos por exemplo a guerra que ocorre neste exato momento na região de Nagorno-Karabakh, entre Azerbaijão e Armênia. A profusão de vídeos, relatos, análises e reportagens sobre o conflito, se interpretada literalmente, nada esclarece, muito pelo contrário, torna impossível o entendimento e a análise da guerra. Desinformação, análises equivocadas, ou simples mentiras se misturam a notícias verdadeiras e análises embasadas em argumentos sólidos.

Diferenciar umas das outras é uma tarefa árdua. Nesse sentido, são emblemáticos os vídeos de games populares, em que a artilharia antiaérea derruba aeronaves em sequências de cadências de tiros inacreditáveis e trajetórias de voo que desafiam as leis da física, espalhados pelas redes sociais como sendo cenas reais do campo de batalha.

Para se entender esse fenômeno com alguma propriedade, é necessário que se compreenda que aspectos culturais interferem na compreensão da construção das narrativas midiáticas e no jornalismo. E que a melhor ferramenta de que os leitores/ouvintes/espectadores dispõem é o desenvolvimento de um pensamento crítico capaz de refletir sobre as diferentes versões da realidade que se apresentam, de forma a analisá-las à luz de seus variados contextos socioculturais e históricos, suas intenções e objetivos, sejam estes ostensivos ou encobertos.

Seres humanos são seres interpretativos, instituidores de sentido. Toda ação social (aí incluída também a guerra, é claro) é significativa tanto para aqueles que a praticam quanto para os que a observam, não em si mesma, mas em razão dos muitos e variados sistemas interpretativos que os seres humanos utilizam para definir o que significam as coisas, e para codificar, organizar e regular sua conduta uns em relação aos outros. Estes sistemas ou códigos de significado dão sentido às ações humanas e nos permitem interpretar as ações alheias, constituindo, em conjunto, o que pode ser definido como sendo as nossas culturas[1].

Assim, é impossível analisar as notícias que nos chegam em tempo de guerra sem a compreensão da fundamental importância da cultura como mediadora dos relatos das partes envolvidas e mesmo dos observadores externos encarregados de sua cobertura midiática. Afinal, os fatos certamente serão relatados à luz de interpretações humanas, sujeitas a influências culturais das mais diversas ordens.

Além de considerar o aspecto cultural, é importante que se verifique o conceito de “narrativa dominante”, qual seja, a percepção majoritária da opinião-pública de uma sociedade imersa em um conflito, ou mesmo da comunidade internacional, ou das potências regionais ou extrarregionais que detêm a capacidade econômica ou militar de interferir nos destinos de um conflito armado. O controle dessa chamada narrativa dominante é objeto de permanente disputa pelas partes em conflito. Esse é um dado da realidade, amplamente documentado, presente na doutrina de emprego militar dos principais exércitos do mundo.

A importância do estudo da narrativa está na necessidade de se estabelecer a diferença entre as representações factuais e fictícias do mundo.

O jornalismo é – ou deveria ser – um exemplo de narrativa objetiva, onde se buscaria representar fielmente o real. Mas isso nem sempre é fácil, ainda mais quando se tem a tarefa de tentar relatar fielmente o que está acontecendo em uma guerra. Essa dificuldade, ou impossibilidade mesmo, de se representar os fatos fielmente, é explicada não só pela cultura, como abordamos acima, mas também pela sobreposição de três narradores, ou três vozes, na comunicação jornalística. A primeira é a do veículo jornalístico, a segunda é a do jornalista e a terceira, da personagem. Esses três narradores vivem uma relação mais tensa do que harmônica e a força de cada um deles se refletirá na configuração final do que será publicado.[2]

No conflito ou na guerra, a disputa desses três narradores será também influenciada pela tentativa, pelas partes em conflito, de fazer sobrepujar sua narrativa. Assim, os exércitos em guerra buscam atuar sobre os três narradores da comunicação jornalística, de modo a influenciá-los. Mas não somente isso. Tentarão também atuar diretamente sobre a opinião pública, de forma ostensiva ou velada.

De uma perspectiva puramente militar, da lógica do conflito, essa é a coisa certa a se fazer, uma vez que a opinião pública nacional e internacional é decisiva para o resultado da guerra. Nesse sentido, o caso mais emblemático é o da Guerra do Vietnã, que poderia ter ser vencida até com alguma facilidade no campo militar, e foi perdida quando a opinião pública norte-americana se colocou em posição contrária à continuidade da guerra.

Na segunda Guerra do Golfo, em 2003, Muhammad Saeed al-Sahhaf era o Ministro da Informação do governo iraquiano. A ele cabia fazer prevalecer a narrativa de seu país sobre o andamento do conflito. Suas entrevistas eram tão descoladas da realidade que ele logo foi apelidado de “Comical Ali”. O exemplo caricato mostra o insucesso da estratégia. Mas na maioria das vezes o trabalho é bem feito e o público nem mesmo percebe que ele está ocorrendo, ainda mais nos tempos de mídias sociais, fake news e pós-verdades. Convido o leitor a fazer uma experiência. Acesse as informações sobre a guerra de Nagorno-Karabakh primeiro pelas fontes armênias, depois pelas azeris, e as compare. Tenho certeza de que parecerão dois conflitos diferentes. Outro exemplo pode ser o conflito de fronteira entre Índia e China, ocorrido recentemente. O resultado será o mesmo.

Assim, é essencial que o leitor/ouvinte/espectador externo, não diretamente envolvido no conflito, entenda que para além do conflito bélico, também há em curso, sempre, uma guerra de narrativas, na qual o seu coração e sua mente são o objetivo a ser conquistado.

Retornando-se à questão que abre este artigo, qual seria, então, a melhor ferramenta disponível para que o cidadão comum enfrente essa cacofonia informacional presente sempre que há um conflito?

O pensamento crítico parece ser a melhor ferramenta de que dispõe o público em geral para lidar com a desinformação, a

dúvida, a orquestração, as versões contraditórias e as fakes news[3] que surgem da montanha de dados e informações que emergem dos conflitos.

Pensar criticamente significa avaliar atentamente argumentos feitos por outros e construir bons argumentos por si mesmo. Exige um certo grau de ceticismo e permanente contestação dos fatos apresentados. O leitor/ouvinte/espectador deve perguntar-se constantemente: de onde vem essa informação? Quem a produziu é capaz (tem conhecimento suficiente, tem acesso aos dados e informações) de informar tal fato? As evidências apresentadas permitem que se chegue à conclusão descrita? Qual é o interesse do produtor da informação, qual seu partido no conflito? A fonte é primária ou está apenas retransmitindo o que foi produzido por outros?

Mas reconheça-se que a tarefa é árdua, especialmente considerando-se a tal “pós-verdade”. A Universidade de Oxford a elegeu como a “palavra do ano” de 2016, definindo-a como algo “que se relaciona ou denota circunstâncias nas quais fatos objetivos têm menos influência em moldar a opinião pública do que apelos à emoção e a crenças pessoais”. A luta interior daquele que quer se aproximar da verdade também é contra suas próprias emoções e crenças pessoais. Há, portanto uma pergunta ainda mais difícil a se fazer: creio nessa informação porque ela é verdadeira ou porque ela simplesmente reforça minhas crenças pessoais, preferências ou desejos?

Ésquilo e Clausewitz continuam a ter razão. A verdade é a primeira vítima da guerra. E para que o leitor/ouvinte/espectador não seja a segunda, só conheço uma ferramenta: o pensamento crítico.

[Se você considera o trabalho do blog relevante e valoriza as horas destinadas à pesquisa e produção deste texto, considere se tornar um apoiador, contribuindo como puder. Saiba como em \[www.paulofilho.net.br/apoieoblog\]\(http://www.paulofilho.net.br/apoieoblog\)](http://www.paulofilho.net.br/apoieoblog)

[1] A definição de cultura aqui apresentada é de Stuart Hall, no texto “A centralidade da cultura”.

[2] As três personagens aqui apresentadas foram definidas por Luiz Gonzaga Motta, na obra “Análise crítica da narrativa”.

[3] O termo fake news, ou notícia falsa, em português, é mais antigo do que aparenta. Segundo o dicionário Merriam-Webster, essa expressão é usada desde o final do século XIX. O termo se tornou popular em todo o mundo para denominar informações falsas que são publicadas, principalmente, em redes sociais.



MUDANÇAS NA GEOPOLÍTICA DO ORIENTE MÉDIO

escrito por Paulo Roberto da Silva Gomes Filho | 14 de novembro de 2020

Árabes e israelenses já foram à guerra várias vezes desde 1948, ano da criação de Israel. A recorrência dos conflitos armados e a chamada Questão Palestina mantiveram a rivalidade entre eles como a principal questão geopolítica do Oriente Médio na segunda metade do século 20 e no início deste século 21. Entretanto, acontecimentos recentes indicam que essa situação começa a mudar.

No intervalo de cerca de um mês, em acordos intermediados pelo governo norte-americano, que foram batizados de “Acordos de Abraão”, os governos de Israel, Emirados Árabes Unidos e Barein celebraram tratados de normalização das relações diplomáticas entre os dois países árabes e Israel. As duas nações juntaram-se, dessa forma, ao grupo que até então era composto por apenas outros dois países: Egito e Jordânia, como nações árabes que mantém relações diplomáticas normais com os israelenses.

É evidente que um acordo desse tipo pode ser comemorado, afinal, é mais uma oportunidade para a paz na região. Além da troca de embaixadores, da ativação de voos diretos e da intensificação das trocas comerciais, há vários outros campos onde pode haver oportunidades de integração com benefícios mútuos, como turismo, agricultura, ensino e pesquisa, cultura, tecnologia, telecomunicações e muitos outros.

Mas, nem todos compartilham dessa opinião. Os mais insatisfeitos são os palestinos, que consideraram o acordo uma traição à sua causa. O ministro das relações exteriores da Autoridade Palestina, Riad Malki, declarou que o acordo desconsiderava a decisão da Iniciativa Árabe para a Paz, segundo a qual a normalização das relações árabe-israelenses somente seria aceitável em troca do retorno das fronteiras à situação anterior à Guerra dos Seis Dias, de 1967, ou seja, com a desocupação israelense dos territórios ocupados na Cisjordânia e com a capital da Palestina em Jerusalém Oriental.

O fato de a Liga Árabe ter se recusado a condenar os acordos também frustrou os palestinos, porque indica que outros países do Golfo Pérsico, como Omã, ou mesmo a Arábia Saudita, podem, no futuro, tomar o mesmo caminho. Aliás, é certo que os Emirados Árabes Unidos e o Barein só decidiram por aceitar o acordo com Israel por contarem com a anuência da Arábia Saudita, potência regional com muita influência sobre os governos de ambos os países.

O Irã também declarou forte contrariedade, chamando os Acordos de Abraão de “ato vergonhoso que permanecerá para sempre na memória dos palestinos e das nações livres do mundo”. Gigante regional não árabe, cuja maioria da população é persa, o Irã trava uma guerra por procuração contra a Arábia Saudita no Iêmen desde 2015, apoiando a milícia xiita Houthi contra o governo iemenita que, por sua vez, é apoiado pelos sauditas. Além disso, a assertividade iraniana na região, caracterizada pelo apoio ao governo xiita do Iraque, ao governo do Catar, ao grupo Hezbollah, no Líbano, ao governo de Bashar al Assad, na Síria, ao Hamas, na Faixa de Gaza, bem como à diversas milícias regionais xiitas, é motivo de desconfiança da parte dos sauditas, que veem sua posição de liderança no mundo árabe cada vez mais ameaçada.

Assim, fica claro que a disputa entre Arábia Saudita e Irã pela liderança regional contribuiu, com grande peso, para que os acordos acontecessem. Do ponto de vista dos sauditas, contar com o apoio político, militar e de inteligência, mesmo que velado, dos israelenses, pode ser decisivo.

Os israelenses, por sua vez, ao se aproximarem dos sauditas, obtêm uma grande vitória geopolítica, pois tiram do centro do palco a questão palestina e empurram para a ribalta a rivalidade entre Irã e Arábia Saudita, que passa a ser considerada, pela comunidade internacional e, principalmente, pelos países da região, o principal problema de segurança do Oriente Médio.

Os palestinos sentiram imediatamente o enfraquecimento do apoio árabe à sua causa. A normalização das relações diplomáticas entre Israel, Emirados Árabes Unidos e Barein serviu de estímulo para que as duas facções palestinas rivais, o Fatah, que controla a Cisjordânia, e o Hamas, que controla a Faixa de Gaza, buscassem um entendimento. Em uma reunião realizada em Istambul, na Turquia, seus representantes decidiram realizar eleições nos territórios palestinos em um prazo de seis meses, para escolha do presidente da Autoridade

Palestina, bem como dos integrantes do legislativo e do Comitê Central da Organização para a Libertação da Palestina. Trata-se de uma tentativa de se buscar o consenso no âmbito dos próprios palestinos, que depois de mais de uma década de disputas internas, veem sua causa enfraquecida.

O Oriente Médio passa por aceleradas transformações, com os atores regionais ganhando cada vez mais proeminência. O frágil equilíbrio geopolítico regional, construído com base nas linhas fronteiriças desenhadas pelas potências europeias, está sendo desafiado. Sua reconstrução, em bases diferentes, não será fácil.

GUERRA NO CÁUCASO

escrito por Paulo Roberto da Silva Gomes Filho | 14 de novembro de 2020

Azerbaijão e Armênia estão em guerra. O conflito de alta intensidade explodiu há seis dias, mas na verdade trata-se da continuidade de uma disputa que tem suas origens na independência dos países da antiga União Soviética, no final dos anos 1980.

Para entender as causas da guerra, suas repercussões regionais e possíveis desdobramentos, é fundamental entender o contexto político, histórico e geográfico das duas partes em conflito.

O Cáucaso é a área geográfica que divide a Europa oriental da Ásia. Trata-se de uma faixa de terra espremida entre o Mar Negro, à Oeste e o Mar Cáspio, a Leste. Seu nome é emprestado da grande cordilheira que atravessa toda a região, de leste para oeste, separando a Rússia, ao Norte, da Georgia e do Azerbaijão, ao Sul.



Cáucaso.

Fonte

<http://www.asia-turismo.com/mapas/caucaso-mapa.htm>

Na região, existem três países independentes: Geórgia, Armênia e Azerbaijão. Os dois primeiros são considerados, normalmente, europeus, enquanto o último normalmente é vinculado ao continente asiático. Além dos três países, as partes vizinhas mais próximas de Rússia, Turquia e Irã também podem ser consideradas como parte do Cáucaso.

Armênia, Azerbaijão e Geórgia eram repúblicas da antiga União Soviética (URSS). A independência desses países ocorreu no final da década de 1990, durante o processo de esfacelamento soviético. Após a independência, o impasse sobre a região de Nagorno-Karabakh explodiu. O enclave tem sua população majoritariamente armênia mas localiza-se em território reconhecido internacionalmente como sendo azerbaijano. Esta é

uma situação herdada do tempo em que toda aquela área era URSS, quando o governo central entregou o enclave ao Azerbaijão.

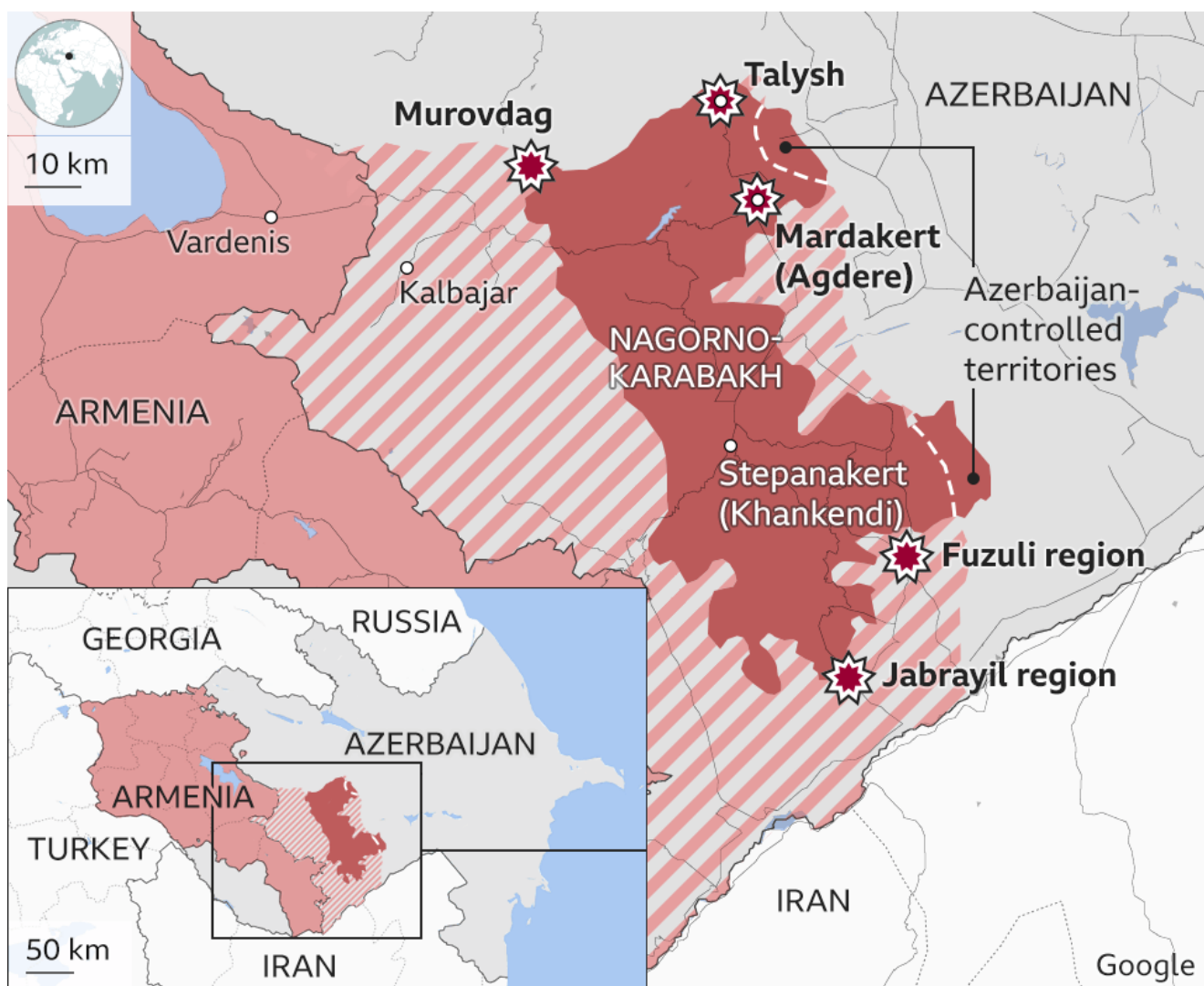


O descontentamento da maior parte dos moradores da região, que não se consideram azerbaijanos, levou ao conflito, travado entre 1988 e 1994 e que foi interrompido com um saldo de 30 mil mortes, por meio de um acordo de cessar-fogo que não resolveu politicamente a questão. Desde então diversas escaramuças fronteiriças vêm ocorrendo, com o Azerbaijão tentando retomar o controle sobre o autodeclarado (mas que não reconhecido por nenhum país, nem mesmo a Armênia) Estado de Nagorno-Karabakh.

Conflict in Nagorno-Karabakh

★ Approximate areas of battles, 27- 28 September 2020

▨ Armenian-controlled territories surrounding Nagorno-Karabakh



Source: BBC

BBC

Conflito em Nagorno Karabakh. Fonte – BBC

Dessa forma, há cerca de uma semana, o conflito ressurgiu, desta vez com alta intensidade. As imagens divulgadas por todas as mídias mostram colunas de blindados, artilharia, aviação, sistemas de aeronaves remotamente pilotadas (SARP), enfim, o pleno emprego dos meios militares à disposição das partes em conflito. Como em qualquer guerra, como já disse Clausewitz, “as notícias que nos chegam da guerra são quase sempre contraditórias, na maior parte, também falsas. As mais

numerosas são em grande quantidade sofrivelmente suspeitas.” Assim, no calor do momento e entre as campanhas de desinformação e de operações psicológicas de ambos os lados, o mundo vai tomando conhecimento das operações militares no terreno. Entretanto, pelo que se pode vislumbrar através da bruma da guerra, e em uma avaliação bastante preliminar, o emprego dos SARP e o apoio decisivo dos turcos aos azerbaijanos talvez desequilibre o poder de combate em favor dos últimos.

As potências regionais e globais vão se alinhando às partes em conflito, sempre na defesa de seus próprios interesses. A Turquia e a Rússia são os principais atores externos envolvidos e, mais uma vez, assim como na Líbia e na Síria, estão em lados opostos. Os turcos apoiam abertamente os azerbaijanos, com quem possuem grande identificação histórica, linguística e cultural. Mas também há fortes interesses econômicos. O Azerbaijão é parceiro da Turquia na operação do gasoduto Transanatoliano, uma alternativa de fornecimento energético que reduz a dependência turca em relação ao gás russo.



Gasoduto

TANAP.

Fonte

https://www.researchgate.net/figure/The-TANAP-TAP-and-Nabucco-pipelines_fig1_322927029

Já os russos, que integram juntamente com Bielorrússia, Cazaquistão, Quirguistão e Tadjiquistão uma aliança militar com a Armênia, a Organização do Tratado de Segurança Coletiva (OTSC), e já têm problemas na Líbia, Síria, Ucrânia e Bielorrússia, não parecem muito dispostos a se engajar decisivamente em um conflito no Cáucaso.

Assim, vê-se que a resposta calculada da Rússia frustra a Armênia, cuja solicitação formal de apoio militar à OTSC não foi atendida até o momento, em contraste com o decisivo apoio turco aos Azerbaidjanos.

Os EUA, completamente concentrados em suas questões internas e nas eleições presidenciais, não passaram de exortações protocolares pela paz. A Europa, com o presidente Macron à frente, assim como as Nações Unidas, também fizeram declarações em favor da paz que não alcançaram qualquer resultado prático.

Assim, parece que a solução do conflito dependerá de as partes envolvidas chegarem a um acordo, ou da ação da Turquia e Rússia. Mais exatamente de até onde os russos tolerarão a expansão da influência turca, também naquela região.

[Se você gosta do conteúdo do blog e pode colaborar com sua manutenção, junte-se àqueles que se tornaram apoiadores](#)

[clique aqui e saiba como!](#)

O RELATÓRIO DO PENTÁGONO SOBRE A CHINA

escrito por Paulo Roberto da Silva Gomes Filho | 14 de novembro de 2020

Se você conhece o inimigo e conhece a si mesmo, não precisa temer o resultado de cem batalhas.

Sun Tzu

Os EUA construíram a mais poderosa máquina de guerra que o mundo já conheceu. E todo o Exército, para se manter no topo, precisa conhecer perfeitamente seus possíveis inimigos. Aliás, isso já era ensinado pelo chinês Sun Tzu, há 2,5 mil anos.

O Ministério da Defesa dos EUA acaba de enviar ao Congresso seu relatório anual sobre a China. É a 20ª edição do estudo, que analisa cuidadosamente as políticas e estratégias chinesas na área de Defesa e acompanha o desenvolvimento material e doutrinário do Exército de Libertação Popular (ELP).

Com 200 páginas, o documento constata que o ELP se fortaleceu e se modernizou em quase todas as dimensões possíveis. Há alguns aspectos, inclusive, em que as capacidades militares chinesas já superam as capacidades norte-americanas.

De início, o relatório descreve a estratégia chinesa, que tem por objetivo levar o país, no ano de 2049, centenário da revolução que levou o Partido Comunista ao poder, ao “Sonho Chinês”, descrito pelo presidente Xi Jinping: uma posição de prosperidade, força e liderança no cenário internacional.

Para atingir esse objetivo, a estratégia define que a completa “reunificação” da nação chinesa é inegociável, o que significa o retorno de Taiwan à plena soberania da China e a total reintegração de Hong Kong e Macau. O relatório também destaca uma postura crescentemente assertiva no campo da política

exterior chinesa, em especial nos últimos anos, momento em que o poder militar chinês passou a ter melhores condições de respaldar as aspirações do país.

O desenvolvimento econômico chinês é central para que o país atinja seus objetivos de modernização em todas as áreas, inclusive a militar. Sempre segundo o entendimento do Pentágono, o governo chinês utilizaria como principais ferramentas de indução econômica as iniciativas “One Belt, One Road”, de investimento em infraestrutura, “Made in China 2025”, de fomento ao desenvolvimento tecnológico e industrial, bem como políticas protecionistas, além de ferramentas de “coerção econômica”.

Ao se concentrar nas forças armadas chinesas, os analistas norte-americanos destacam seus esforços de modernização, com vistas a se tornarem forças de “classe mundial”, em 2049. Isso significa ser proficiente no combate terrestre, naval, aéreo, bem como nos ambientes espacial, de guerra eletrônica e cibernética. O documento alerta que a China já teria alcançado paridade – e mesmo ultrapassado – as capacidades militares norte-americanas em várias áreas, em especial nas capacidades de construção naval, na de mísseis balísticos convencionais e de cruzeiro e nos sistemas integrados de defesa antiaérea.

São seis as forças armadas chinesas, todas elas integrantes do ELP e subordinadas diretamente ao Comitê Militar Central do Partido Comunista Chinês. Além do exército, marinha e força aérea, o país conta com a “Força de Foguetes”, responsável pelos mísseis balísticos convencionais e nucleares; com a “Força de Apoio Estratégico”, encarregada de centralizar as operações espaciais, cibernéticas, eletrônicas e psicológicas e a “Força Conjunta de Apoio Logístico”, incumbida do apoio logístico integrado a todo o ELP.

Nos últimos anos, o esforço chinês em aumentar o nível de prontidão para o combate é evidente. Os exercícios conjuntos e em larga escala têm alcançado níveis cada vez mais altos de

complexidade. Os cenários dos treinamentos são cada vez mais realistas, com utilização de tecnologias de simulação e a presença de uma “força azul” inimiga que avalia com rigor e exige cada vez mais do desempenho dos comandantes em todos os níveis.

Além disso, a China mantém uma capacidade nuclear suficiente para dissuadir qualquer ataque ao seu território. Essa capacidade está baseada na crença de que o país seria capaz de preservar seu armamento nuclear de um primeiro ataque e, em retaliação, contra-atacar com seu arsenal.

O ELP tem ampliado sua atuação global. Uma maior presença em missões de ajuda humanitária, escoltas navais de comboios mercantes, operações de paz da ONU, intercâmbios militares, venda de armamentos e exercícios militares multinacionais são as ferramentas mais visíveis dessa projeção de poder.

A análise detalhada do documento elaborado pelo Pentágono para o Congresso norte-americano é um exercício interessante para todos aqueles que se dispõem a entender a dinâmica das relações entre os dois países, em especial as preocupações do estamento de defesa dos EUA. É evidente que um documento dessa natureza sempre é redigido com a intenção de demonstrar a grande quantidade de recursos necessária para se manter as forças armadas norte-americanas na posição de liderança global em que se encontra hoje. E é o congresso daquele país que detém a chave do cofre. Mas trata-se de um estudo baseado em dados e argumentos sólidos, que desvela de forma acurada o poderio militar chinês.

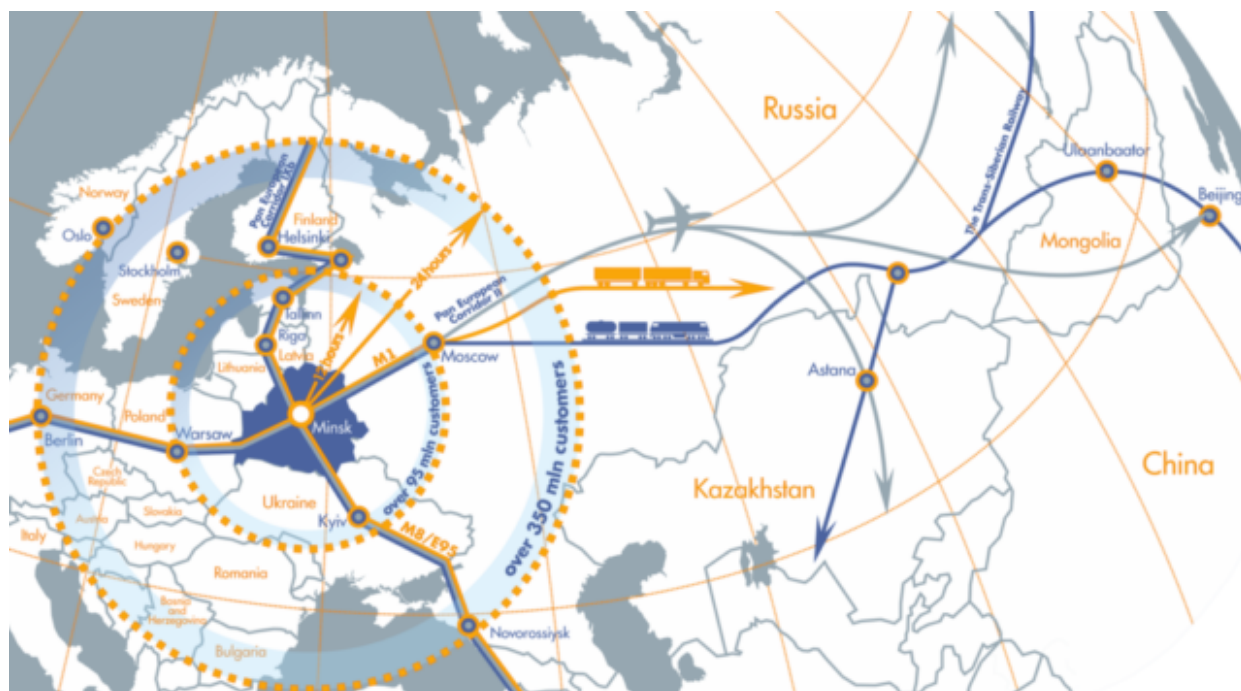
O FUTURO DA BIELORRÚSSIA

escrito por Paulo Roberto da Silva Gomes Filho | 14 de novembro de 2020

A Bielorrússia está sendo sacudida por uma onda de protestos contra o presidente Alexander Lukashenko. Os milhares de manifestantes exigem a renúncia do presidente, que se mantém no poder há 26 anos, acusando-o de fraudar o pleito eleitoral do último dia 9 de agosto. O resultado oficial, que não foi reconhecido por seus vizinhos na União Europeia, apontou uma vitória de Lukashenko com 80% dos votos.

O presidente bielorrusso, por sua vez, reprime violentamente os protestos, coloca suas forças armadas em prontidão e acusa a União Europeia de fomentar uma “revolução colorida” para derrubá-lo e a OTAN de aproximar suas tropas das fronteiras de seu país. Não há nenhum indício de que a OTAN tenha feito tal movimento, mas a intenção de Lukashenko é clara: lembrar Putin de que a Bielorrússia é a porta de entrada da Rússia para a aliança militar ocidental.

Nesse ponto, para se tentar antever os próximos acontecimentos políticos na Bielorrússia, é interessante se consultar um mapa da Europa Oriental. Com ele nas mãos, uma primeira informação salta aos olhos: se você estivesse em Varsóvia, Berlim ou Paris e quisesse ir de carro a Moscou, certamente o caminho mais curto seria pela Bielorrússia, mais especificamente por sua capital, Minsk.



Fonte

<http://www.asrie.org/2020/01/why-belarus-matters-now-minsk-moscow-crisis-and-the-opportunities-for-eu-and-china/>

E a história já ensinou aos russos, em várias oportunidades, que exércitos podem marchar por esse caminho. Como já escreveu Tim Marshall, no excelente livro Prisioneiros da Geografia, você pode pensar que ninguém pretende invadir a Rússia, mas não é isso que os russos acham, e com razão. Nos últimos quinhentos anos eles foram invadidos várias vezes a partir do Oeste. Quase todas as vezes, o caminho utilizado foi a Bielorrússia.

Desse modo, fica fácil entender por que aos governantes russos ao longo da história, incluindo Vladimir Putin, interessa saber quem estará sentado no gabinete presidencial em Minsk. Lukashenko tenta convencer Putin de que ele é o sujeito ideal, acusando os manifestantes de estarem a serviço de uma trama do ocidente e denunciando que a OTAN estaria às suas fronteiras.

A atuação militar russa na Ucrânia, com a anexação da Crimeia, em 2014, serve de alerta para a comunidade internacional de que os russos poderiam atuar militarmente também na Bielorrússia. Mas há algumas diferenças importantes. Se na

Ucrânia, russos e ocidentais disputavam – e ainda disputam – esferas de influência, uma vez que naquele país a população está dividida entre pró-ocidentais e pró-russos, o mesmo não ocorre na Bielorrússia, onde a grande maioria da população, inclusive os manifestantes, são muito mais próximos, por laços históricos, culturais e linguísticos de russos do que ocidentais. Russos e bielorrussos são todos integrantes da mesma “civilização ortodoxa”, em conflito permanente com a “civilização ocidental”, de acordo com a teoria proposta por Samuel Huntington em “O Choque das Civilizações”. Desse ponto de vista, arriscar uma ação militar na Bielorrússia não faria sentido, uma vez que um novo governo provavelmente não afastaria o país da esfera de influência russa.

A hipótese da solução pela via política, desconsiderando qualquer ação militar, é reforçada por outro exemplo recente: o caso da Armênia, onde, em 2018, irromperam diversos protestos. Os manifestantes, a exemplo do que acontece agora na Bielorrússia, acusavam o então primeiro-ministro e por duas vezes consecutivas presidente, Serge Sarkissian, de tentar perpetuar-se no poder. Onze dias depois do início dos protestos, Sarkissian renunciou, abrindo caminho para uma solução política para a crise.

Mas, também em relação ao caso da Armênia, há uma diferença marcante. Lukashenko não dá nenhuma demonstração de que estaria disposto a deixar o poder. Pelo contrário, no último domingo, se deixou filmar a bordo de um helicóptero, sobrevoando o local da concentração dos manifestantes, vestindo um colete tático/balístico e portando a tiracolo um fuzil Kalashnikov. Estava acompanhado de seu filho, um adolescente de 16 anos, que a exemplo do pai, portava colete e fuzil, além de estar usando capacete balístico. A mensagem transmitida pelas imagens não poderia ser mais clara: demonstrar a indisposição de Lukashenko em deixar o poder.

Além de todos os aspectos elencados, há ainda que se destacar a sempre crucial questão econômica. A Rússia é o destino de

46% das exportações bielorrussas e origem de mais da metade das importações do país. Além disso, a Bielorrússia é altamente dependente do petróleo e do gás natural russos, importado a preços subsidiados. A dependência econômica é mais um fator a indicar que qualquer novo governo que porventura substitua o atual não poderá se afastar da esfera de influência russa em direção ao ocidente.

Parece evidente que a Rússia vai desempenhar um papel central no destino de Lukashenko. Um cenário otimista seria algo que se assemelhasse ao ocorrido na Armênia, onde a alternância de poder exigida pela população foi alcançada e a Rússia não foi acusada pelo ocidente de intervir nos assuntos internos de outro país. Talvez seja isso que Putin tenha em mente.

TRAGÉDIA NO LÍBANO

escrito por Paulo Roberto da Silva Gomes Filho | 14 de novembro de 2020

A violentíssima explosão ocorrida no porto de Beirute causou mais de duzentas mortes e milhares de feridos. A região do entorno do porto ficou completamente destruída, mas os efeitos da onda de choque causaram estragos mesmo a dezenas de quilômetros do epicentro. Após um momento de perplexidade pela gravidade do ocorrido, a cidade foi tomada por protestos nos quais a população, enfurecida com as autoridades, acusadas de negligência, exigia a renúncia do Primeiro Ministro Hassan Diab, o que acabou ocorrendo no último dia 10 de agosto, apenas 6 dias após a tragédia.

A fúria da população se explica. Afinal, tudo indica que a

causa da explosão tenha sido a combustão de 2.750 ton de nitrato de amônio, armazenadas desde 2014 no porto, de maneira inadequada, após terem sido confiscadas de um navio mercante.

O porto de Beirute é um dos mais importantes do Mediterrâneo oriental, unindo mercados da Europa, Ásia e África, estando conectado a mais de 300 portos em todo o mundo. Além disso, é de vital importância para o próprio Líbano, uma vez que 82% das importações e exportações e 98% dos contêineres destinados ao país passam por ele. Antes da explosão, seus silos tinham uma capacidade de armazenamento de 120 mil ton. Após a explosão, essa capacidade terá que ser reconstruída, a um alto custo, ainda mais para um país que vive tamanha crise econômica. De imediato, parte das cargas poderá ser redirecionada para o porto de Trípoli, mais ao norte e, em menor escala, para o porto de Sidon, ao Sul da capital.

Com a explosão, o Líbano vive a chamada “tempestade perfeita”: uma grave crise política e econômica, acompanhada da pandemia da Covid-19 e, agora, de uma nova onda de revolta popular em Beirute.

Na verdade, os protestos já ocorriam desde o ano passado, motivados pela deterioração econômica, pela ineficiência do governo em prover serviços básicos, como o fornecimento de água e energia elétrica, além dos muitos casos de corrupção, e foram o estopim para a renúncia do Primeiro-Ministro Saad Hariri, em 29 de outubro de 2019. Quem o sucedeu, em janeiro deste ano, foi o Primeiro-Ministro Hassan Diab, que acaba de renunciar.

O Líbano moderno é um pequeno e montanhoso país, espremido contra o Mar Mediterrâneo, que faz fronteira ao Norte e a Leste com a Síria e, ao Sul, com Israel. Sua população é bastante heterogênea, composta por numerosos grupos étnicos, religiosos e culturais. Em razão dessa característica, após obter a independência em 1943, os dirigentes do Líbano estabeleceram um regime de governança política de maneira a

tentar garantir uma divisão de poder que oferecesse representatividade política a três grupos étnico/religiosos: os cristãos maronitas (presidência da república), os muçulmanos xiitas (presidente do parlamento) e os muçulmanos sunitas (primeiro-ministro). O parlamento e os cargos públicos também são divididos entre cristãos e muçulmanos.

Além disso, a geografia impôs ao Líbano estar no centro da questão árabe-israelense e, mais recentemente, da disputa árabe-iraniana. Assim, quando disputas sectárias levaram o país a uma guerra civil que durou de 1975 a 1990, tanto sírios quanto israelenses enviaram tropas para o país.

A longa guerra civil trouxe graves consequências para a economia libanesa. No entanto, após a guerra, o país iniciou um ambicioso programa de reconstrução econômica e social, liderada pelo então Primeiro-Ministro Rafiq al-Hariri. O programa teve considerável êxito; entretanto, teve como efeito colateral um substancial aumento do endividamento do país, tanto externo quanto interno.

Esses efeitos econômicos negativos se agravaram muito com a guerra civil na Síria. Estima-se que o país já tenha recebido cerca de 1,5 milhão de refugiados sírios, o que corresponde a aproximadamente um quarto da população do país. O turismo e os investimentos externos reduziram drasticamente. O sectarismo religioso entre sunitas e xiitas recrudescceu, com libaneses sunitas apoiando os revoltosos sírios, enquanto os xiitas apoiavam o presidente sírio Bashar al-Assad.

O conflito entre a milícia xiita Hezbollah e Israel, que afeta especialmente a região sul do país, também está longe de uma solução. Iniciada durante a guerra civil, na década de 1980, seu ápice foi em 2006, quando o conflito escalou para uma ação do exército israelense em território libanês, para destruir alvos do Hezbollah, mas os enfrentamentos de baixa intensidade entre ambos permanecem.

É neste ambiente de altíssima complexidade e inúmeras dificuldades que o Líbano enfrenta mais essa crise. A destruição do porto de Beirute, de fundamental importância econômica, serviu de estopim para a explosão de protestos que resultaram em mais uma mudança de governo. Os vários grupos político/religiosos do país vão tentar se reposicionar buscando aumentar seu poder político, sempre sob o olhar atento e interessado de iranianos, árabes, israelenses, sírios, turcos, franceses, russos e norte-americanos. E assim o Líbano vai recomeçar. Pela enésima vez.

AS RELAÇÕES CADA VEZ MAIS TENSAS ENTRE EUA E CHINA

escrito por Paulo Roberto da Silva Gomes Filho | 14 de novembro de 2020

China anunciou, no último dia 24 de julho, a ordem para que os Estados Unidos fechassem o consulado do país em Chengdu, importante cidade com cerca de 4,6 milhões de habitantes. Foi uma retaliação ao fechamento, pelos EUA, do consulado chinês em Houston. Na véspera, o Secretário de Estado norte-americano Mike Pompeo, em visita Yorba Linda, California, havia discursado[1] usando uma dura retórica contra o partido comunista chinês e os governantes daquele país. Ironicamente, o local do discurso foi a cidade natal de Richard Nixon, o presidente norte-americano responsável pela reaproximação dos EUA com a China na década de 1970.

Assim, os dois países sobem mais um degrau na escalada de tensões que tem caracterizado as relações entre Washington e Beijing, especialmente nos últimos dois anos.

São vários os pontos de atrito, desde a chamada “guerra comercial”, passando por questões que envolvem os direitos humanos, acusações de espionagem e de guerra cibernética, a crise da pandemia da Covid-19, a tecnologia 5G de comunicação móvel, a nova lei de segurança nacional promulgada na China em relação a Hong Kong, a maior assertividade chinesa em relação a Taiwan e sua crescente presença militar no Mar do Sul da China, para citar apenas as mais relevantes.

Já se tornou lugar comum falar em uma “nova Guerra Fria”, com a China tomando o lugar da antiga União Soviética no polo que antagoniza os EUA. Por imprecisa que seja tal comparação, é certo que a escalada da rivalidade entre os dois países atingiu níveis inéditos no sistema internacional desde o esfacelamento da antiga União Soviética.

Entretanto, há uma diferença marcante. Se na Guerra Fria as esferas de influência de cada uma das superpotências estava praticamente delimitada pelos espectros ideológicos que se antagonizavam, com capitalistas de um lado e comunistas de outro, na disputa atual essas esferas não estão claramente definidas.

E esse é mais um importante campo de disputa, onde cada um dos contendores apresenta suas armas. De um lado, a China se apresenta como poderoso parceiro comercial e econômico, disposto a celebrar acordos, firmar negócios e financiar projetos de infraestrutura e de desenvolvimento econômico por todo o mundo, especialmente nos países de seu entorno, pela Iniciativa Belt and Road, mas também na África, na Europa e nas Américas. Com isso, ao mesmo tempo em que oferece oportunidades valiosas de desenvolvimento, amarra governos a dívidas e compromissos que garantem, se não apoio político explícito, pelo menos a postura de neutralidade. Isso ficou claríssimo na crise da Covid-19. Governos de todo o mundo, inclusive dos EUA(!), ficaram amarrados a fornecedores chineses, em uma dependência constrangedora, que em muitos casos impediu governos de se manifestarem mais duramente

contra o fato de o vírus, de acordo com todas as evidências, ter se expandido para todo o mundo em razão de diversos equívocos das autoridades sanitárias chinesas, especialmente nos primeiros momentos da pandemia. Ao mesmo tempo, a China se projeta com uma política externa proativa, com maciça divulgação da cultura do país, tentando projetar uma imagem mais simpática ao ocidente.

Por outro lado, os EUA se amparam em seu até aqui incomparável poderio militar para constranger os chineses a refrear seu ímpeto expansionista no Mar do Sul da China, garantir a relativa soberania de Taiwan, e apoiar seus principais aliados na Ásia e Oceania, em especial o Japão, a Coreia do Sul e a Austrália, além da Índia, que embora não possa ser considerado exatamente um país aliado, é a grande rival da China na Ásia. Além disso, os EUA busca liderar os países ocidentais, mantendo sua atuação no campo psicossocial, reforçando a narrativa de defesa de valores democráticos e liberais, denunciando o autoritarismo do governo chinês e posicionando-se em defesa dos uigures e dos moradores de Hong Kong.

Além da busca por aliados, cada um dos dois países se prepara em ritmo acelerado no campo militar. As forças armadas chinesas sofreram uma grande reforma em 2015, buscando maior interoperabilidade e modernização. A Marinha de Guerra se destaca, modernizando-se em um ritmo impressionante. Já os EUA reformularam sua estratégia militar em 2018, definindo claramente que o país deveria se preparar para uma nova fase de competição entre grandes potências, com um foco especial para a China e a Rússia, citadas nominalmente. Ao mesmo tempo, criaram uma nova Força Armada, a Força Espacial, para se preparar para combater também nesse domínio.

Escaladas e distensões, acusações e acomodações, disputas e acordos se alternam no manejo das relações entre duas potências globais. Há inúmeros e enormes interesses envolvidos e uma escalada de antagonismos que saia do controle não é do interesse de nenhuma das duas. Mas aqui, o Realismo se impõe

mais uma vez: a espiral conflituosa é ascendente e a chance de algo escapar ao controle, cada vez maior.

[1] [Saiba mais aqui](#)